

**Controladoria
Geral do
Estado**



**ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

PLANO OPERACIONAL DAS AÇÕES DE CONTROLE – POAC

Exercício 2020

Plano Operacional das Ações de Controle - POAC consolida os levantamentos de informações, os critérios de hierarquização das ações de controle, os processos críticos e o dimensionamento da força de trabalho disponível para o exercício de 2020, em consonância com o Plano de Negócios da área de controle interno da Controladoria-Geral do Estado de Goiás e a Portaria 165/2019 - CGE.

MARÇO / 2020



CONTROLE DE ALTERAÇÕES

Versão	Data	Responsável	Descrição das Alterações
1.0	12.03.2020	Adriano Abreu Claudio Martins Correia Elisabete Fernandes Ribeiro Henrique Moraes Ziller Jean Marck Barbosa Luis Henrique Crispim Marcos Tadeu de Andrade Margareth Moreira Maria José Oliveira e Silva Stella Maris Husni Franco	Versão 01.2020



SUMÁRIO

COLABORADORES	4
APRESENTAÇÃO	5
METAS E PRODUTOS	8
TABELA 1 – Entrega projetada por tempo médio e servidores no POAC/SCIC - Ano 2020.....	9
QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria	10
QUADRO 2 - Plano Operacional da Superintendência de Inspeção	12
QUADRO 3 – Ações sugeridas pelos Stakeholders e incorporadas ao POAC.....	14
ANEXO I – Programa de Monitoramento Total - PMT	
ANEXO II – Plano de Implementação da Gerência de Auditoria de Monitoramento	
ANEXO III – Plano de Implementação da Gerência de Auditoria em Compliance	
ANEXO IV – Plano de Implementação da Gerência de Auditoria de Programas do Governo	
ANEXO V – Plano de Implementação da Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização	
ANEXO VI – Plano de Implementação da Gerência de Inspeção de Contas	
ANEXO VII – Plano de Implementação da Gerência de Inspeção de Pessoal	
ANEXO VIII – Ações sugeridas pelos Stakeholders	



COLABORADORES

SECRETÁRIO CHEFE DA CGE

Henrique Moraes Ziller

SUBCONTROLADOR DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO

Marcos Tadeu de Andrade

SUPERINTENDENTE DE AUDITORIA

Stella MarisHusni Franco

SUPERINTENDENTE DE INSPEÇÃO

Claudio Martins Correia

GERÊNCIAS:

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO

Adriano Abreu

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS

Jean Marck Barbosa

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE PESSOAL

Maria José Oliveira e Silva

GERÊNCIA DE MONITORIAMENTO

Margareth Moreira

GERÊNCIA DE AUDITORIA EM COMPLIANCE

Luis Henrique Crispim

GERÊNCIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DE GOVERNO

Elisabete Fernandes Ribeiro



APRESENTAÇÃO

O presente Plano Operacional das Ações de Controle – POAC, tal como definido no artigo 19 da Portaria 165/2019 – CGE, consiste na consolidação dos levantamentos de informações, na utilização de critérios de hierarquização das ações de controle, nos processos críticos, no dimensionamento da força de trabalho e horas de trabalho disponíveis e na definição do tipo de planejamento a ser utilizado, em consonância com as diretrizes da área de controle interno da CGE.

Apresenta-se como um instrumento gerencial direcionador das ações de controle planejadas para o exercício de 2020, pautado nas diretrizes estratégicas da CGE, incluídas as auditorias e inspeções periódicas, baseada em consulta a stakeholders, materialidade, relevância criticidade, efetividade e agregação de valor à gestão, inclusive para a inclusão das ações de controle originalmente não programadas.

Dessa forma, o POAC foi construído em quatro etapas - (i) Análise Estratégica: consulta das necessidades e preocupações dos *Stakeholders*; (ii) Hierarquização e Categorização: priorização das ações de controle pelos critérios de materialidade, criticidade e relevância; (iii) Elaboração: descrição deste Plano com base no conjunto de elementos relevantes consultados e consolidados nas etapas anteriores; (iv) Discussão, Aprovação e Publicação: deliberação do Comitê Superior de Controle Interno e providências para a sua publicação.

As premissas básicas consideradas para construção do POAC foram Assim, foram identificados os principais atores envolvidos (alta administração, Secretarias e entidades da administração pública, TCE, MP), com vistas ao cumprimento da primeira etapa, bem como posteriormente consultamos os stakeholders quanto às eventuais necessidades e preocupações.

Já a segunda etapa, inseriu-se no eixo da Responsabilização do Programa de Compliance Público, especificamente quanto as auditorias e inspeções, tendo sido Programa Monitoramento Total (PMT). O PMT propõe acompanhamento sistemático e concomitante de



toda execução orçamentária estadual e outras formas de execução de recursos, inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações, e outros.

O PMT também prevê ações de Auditoria e Inspeção estruturadas na Portaria 165-CGE, de 29 de outubro de 2019, e definidas pelo IPPF (International Professional Practices Framework – Estrutura Internacional de Práticas Profissionais) e pelo PIFC (PublicInternal Finance Control – Controle Interno Público)

Para a terceira etapa, “elaboração”, as áreas de Auditoria e Inspeção da SCIC elaboraram “Planos de Implementação” que pormenorizam cada ação de controle programada para o exercício de 2020, as hierarquizando, categorizando e mensurando.

Em continuidade, o Ofício Circular nº 1/2020-CGE (000010846844 SEI) foi encaminhado a 27 (vinte e sete) stakeholders com o fim de oportunizar a manifestação e ouvir suas demandas. A consulta resultou em 65 (sessenta e cinco) sugestões, das quais 25 (vinte e cinco) foram incorporadas as ações já programadas.

Assim, este Plano Operacional das Ações de Controle – POAC integra as ações já legalmente formalizadas a um Órgão Central do Sistema de Controle Interno com a proatividade do controle prévio e a interação com os demais órgãos com o fim de aprimorar a Gestão Pública Estadual. E se materializa com a junção dos “Planos de Implementação” revisados após manifestação dos stakeholders. (Vide Anexo I ao VII).

Em suma, este POAC propõe melhorar a atuação preventiva dos órgãos e entidades e aperfeiçoar os gastos públicos, para tanto irá:

- ✓ contribuir com a evolução dos níveis de maturidade em Gerenciamento de Riscos Corporativos, ampliando o quantitativo de órgãos e entidades classificados no Nível Consciente (entre 2 e 3), nos termos da metodologia do Centro de Qualidade, Segurança e Produtividade (QSP) e da ISO 31000:2018;
- ✓ consolidar o Ranking do Programa de Compliance Público, com a inclusão de mais 28 órgãos e entidades e média estimada de 60 pontos para 2020;
- ✓ Aperfeiçoar a gestão pública, com a produção de informações tempestivas, que possam subsidiar os gestores públicos na tomada de decisão, de sorte a reduzir falhas e irregularidades no âmbito das análises efetivadas pela CGE em suas ações de controle;



- ✓ monitorar adequadamente as Solicitações de Ações Corretivas – SAC para garantir a efetividade nas ações de controle realizadas aumentando o índice de atendimento das recomendações relativas a falhas graves;
- ✓ atuar preventivamente em relação às licitações e aos processos de contratação de BENS e SERVIÇOS, criando um banco de dados no qual seja possível verificar durante o processo de contratação fatos que possam contribuir para uma gestão com eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos, e se for o caso recomendar aprimoramento no processo de contratação com vistas a qualificar melhor os gastos, evitando prejuízos e potencializando economias;
- ✓ propiciar a análise tempestiva da execução de contratos de forma geral, no decorrer da vigência contratual, visando eventuais medidas corretivas, quer seja por meio de alterações contratuais, retenções cautelares ou ajustes na execução física do objeto contratado;
- ✓ promover a integração dos sistemas corporativos do estado de Goiás, e que esta integração seja realizada de maneira a evitar o retrabalho de servidores na execução de suas tarefas, otimizando as ações de inspeção;
- ✓ promover inspeções contínuas na folha de pagamento, objetivando principalmente medidas preventivas para evitar o pagamento de valores indevidos e eventuais ressarcimentos, quando necessário;
- ✓ criar painel a partir da integração dos sistemas corporativos que auxilie na escolha dos processos mais relevantes a serem inspecionados, com base em critérios de seleção pré-definidos, considerando os riscos, bem com potencial de maior dano ao Erário;



METAS E PRODUTOS

O Plano Operacional das Ações de Controle – POAC tem como objetivo o Monitoramento Total dos recursos orçamentários e outras formas de execução de recursos (inclusive incentivos fiscais, renúncias, captações). Trabalha com três premissas básicas; visão geral do governo, tempestividade e foco na utilidade e nos resultados.

São abarcadas pelo projeto: (i) as despesas licitadas e/ou contratuais; (ii) a folha de pagamentos; (iii) as contas anuais dos órgãos e entidades; (iv) as prestações de contas de convênios, dos termos de parceria, dos contratos de gestão e congêneres; (v) o monitoramento da situação fiscal e das solicitações de ações corretivas; (vi) as auditorias baseadas em riscos, e; (vii) as auditorias operacionais sobre programas e ações prioritárias.

As inspeções dos processos licitatórios contribuem com a melhoria da gestão governamental, pois aumentam e protegem o valor organizacional das instituições públicas, aprimoram os controles internos e geram informações preventivas e oportunas, que por sua vez subsidiam o processo decisório dos órgãos e entidades examinados.

A implantação e atualização par e passo dos dados de pessoal pelo Painel de Monitoramento de gastos do Sistema de Recursos Humanos do Estado de Goiás consolida o foco preventivo e o uso da tecnologia na Controladoria Geral do Estado. Ferramenta indispensável não apenas à avaliação prévia da conformidade e legalidade de cada rubrica, mas também para o planejamento da redução efetiva da folha de pagamento.

As Auditorias Baseadas em Risco avaliam a efetividade da Gestão de Riscos implantada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, ao mesmo tempo que possibilitam o fornecimento de razoável garantia à alta gestão – proporcional ao apetite por riscos definido para cada organização – e visam atingir os objetivos estratégicos propostos pela Administração Central.

As Auditorias de Programas focam na análise e avaliação do desempenho de uma política pública – programa, ação ou projeto governamental – no todo ou em partes, culminando na formulação de recomendações construtivas às Pastas auditadas e à entrega de benefícios ao cidadão.

A auditoria nos Processos de Trabalhos objetiva verificar os resultados sob os aspectos da eficiência, eficácia e economicidade.



Assim, a Controladoria Geral do Estado poderá contribuir para “evitar o desperdício do dinheiro público e combater a corrupção de agentes públicos e privados para levar mais serviços e infraestrutura aos cidadãos goianos”.

O POAC será desenvolvido pela Subcontroladoria de Controle Interno e Correição da CGE (SCIC). Para tanto, conta com 2 (duas) áreas distintas: Superintendência de Auditoria e, Superintendência de Inspeção.

A Superintendência de Auditoria é estruturada em 3 (três) unidades:

- ✓ Gerência de Monitoramento: atua no monitoramento sobre cumprimento de SAC’S;
- ✓ Gerência de Auditoria em Compliance: atua em ABR sobre a evolução da maturidade e do plano de tratamento de riscos dos órgãos e entidades.
- ✓ Gerência de Auditoria de Programas de Governo: atua na auditoria operacional sobre o processo de compras e contratação governamental, bem como sobre Programas e Ações prioritários.

A Superintendência de Inspeção, também se estrutura em 3 (três) unidades:

- ✓ Gerência de Inspeção Preventiva e Fiscalização: atua na Despesa Contratual - exceto folha de pagamentos e Outras formas de execução – convênios, termos de colaboração, de fomento, contratos de gestão, outros
- ✓ Gerência de Inspeção de Contas: atua nas contas anuais dos órgãos e entidades e Monitoramento da situação fiscal – do cumprimento de requisitos da LRF, de restos a pagar, de despesas de exercícios anteriores, da dívida, da despesa do exercício.
- ✓ Gerência de Inspeção de Pessoal: atua na folha de pagamentos – todas as rubricas.

TABELA 1 – Entrega projetada por tempo médio e servidores no POAC/SCIC - Ano 2020.

TIPO DE AÇÃO DE CONTROLE	QT DE SERVIDORES	TOTAL DE HORAS ÚTEIS	TEMPO MÉDIO DE EXECUÇÃO (h)	QT. AÇÕES
Auditoria Baseada em Riscos	15	11.992	245	49
Auditoria de Monitoramento	4	6.400	46	139
Auditoria de Programas de Governo	3	2.600	1.300	2
Consultoria	12	14.496	302	48
Inspeção de Acompanhamento da Gestão	14	19.068	31	626
Inspeção de Contas	13	17.706	8	2.111
Inspeção de Pessoal e Folha de Pagamento	6	8.172	182	45
Total	67	80.434	-	3.020

Dados: Plano de Monitoramento Total

Elaboração: Adriano Abreu/ Cláudio Martins Maria José Oliveira e Silva



QUADRO 1 - Plano Operacional da Superintendência de Auditoria

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO EXERCÍCIO 2020						
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA						
1. GERÊNCIA DE AUDITORIA EM COMPLIANCE						
Ação	Objetivo	Escopo	Entrega	Serv. ¹	Tempo ²	Ações ³
Consultoria em Gestão de Riscos	Executar Auditorias Baseada em Riscos para fornecer avaliação independente acerca da	Implantação progressiva e integrada da Gestão de Riscos nos principais processos/projetos dos órgãos/entidades.	Matriz de risco preenchida no Smartsheet: 21 monitoradas; 27 implantadas.	12	302	48
Auditoria Baseada em Riscos	Gestão de Riscos nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.	Fornecimento de feedback à alta gestão sobre o gerenciamento dos riscos ⁴ .	Informe de Auditoria entregue ao Comitê Setorial de Compliance.	12	204	48
2. GERÊNCIA DE AUDITORIA DE PROGRAMAS DE GOVERNO						
Ação	Objetivo	Escopo	Entrega	Serv. ¹	Tempo ²	Ações ³
Auditoria	Avaliar aspectos de conformidade necessários para a fruição dos benefícios dos Programas Produzir e Fomentar.	Todas as empresas (595) beneficiárias dos Programas Produzir e Fomentar.	Informe de Auditoria contendo os resultados da análise e recomendações de melhorias e de ações corretivas.	3	2.280	1
	Verificar o cumprimento dos objetivos do Programa de Governo 1054 (Programa de Proteção e Inclusão Social – Ação Bolsa Universitária) e os resultados sob os aspectos da eficiência, eficácia e efetividade	Bolsas Universitárias concedidas nos últimos 03 (três) anos.	Informe de Auditoria contendo os resultados da análise e recomendações de melhorias.	3	960	1
	Verificar os resultados sob os aspectos da eficiência, eficácia e economicidade do processo de trabalho “compras e contratação governamental”.	No macro processo de aquisições e contratações adotado pelo Estado	Informe de Auditoria contendo os resultados da análise e recomendações de melhorias.	3	960	1

¹ Quantidade unitária de servidores necessária à execução dos trabalhos planejados, considerando-se o tempo médio de execução. Há servidores executando concomitantemente as atividades de Auditoria Baseada em Riscos e Consultorias

² Tempo médio de execução dos trabalhos, em horas úteis.

³ Quantitativo de ações programadas.

⁴ Na ABR, será verificada a efetividade da implementação dos controles para tratamento dos riscos associados à fiscalização de contratos



SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA (continuação)						
3. GERÊNCIA DE AUDITORIA DE MONITORAMENTO						
Ação	Objetivo	Escopo	Entrega	Serv. ¹	Tempo ²	Ações ³
Auditoria	Monitorar sistematicamente e colaborar no cumprimento das: recomendações, solicitações de ações corretivas (SAC's) e termos de ajuste de gestão expedidas pela Controladoria-Geral do Estado, bem como determinações e recomendações do TCE/GO.	Efetivação de monitoramento das recomendações das ações de controle com foco nas "falhas graves"	Informe de Auditoria e Monitoramento elaborado contendo indicadores de atendimento	4	80	55
			Termo de Ajustamento de Gestão – TAG elaborado para aquelas recomendações não atendidas decorrentes de falhas graves ou classificadas como de maior relevância ou risco.	4	100	1
		Efetivação de monitoramento das determinações e recomendações do TCE/GO.	Informe de Auditoria e Monitoramento elaborado.	4	80	12
			Plano de providências ou Termo de Ajustamento de Gestão – TAG elaborado para recomendações que não sejam possível atendimento imediato.	4	100	1
		Fornecimento de <i>feedback</i> aos demandantes, fiscalizados e sociedade	Relatórios das Gerenciais elaborados	4	12	70

¹ Quantidade unitária de servidores necessária à execução dos trabalhos planejados, considerando-se o tempo médio de execução. Há servidores executando concomitantemente as atividades de Auditoria Baseada em Riscos e Consultorias

² Tempo médio de execução dos trabalhos, em horas úteis.

³ Quantitativo de ações programadas.



QUADRO 2 - Plano Operacional da Superintendência de Inspeção

PLANO OPERACIONAL DA SUBCONTROLADORIA DE CONTROLE INTERNO E CORREIÇÃO						
EXERCÍCIO 2020						
SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO						
1. GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE CONTAS						
Ação	Objetivo	Escopo	Entrega	Serv. ¹	Tempo ²	Ações ³
Inspeção das contas das Organizações Sociais	Atendimento Resolução 13/2017 - TCE	- Análise de Prestação de Contas das Organizações Sociais; e - Análise dos Dados e dos Indicadores Financeiros e Econômicos das 10 (dez) Organizações Sociais com contrato de gestão em especial da Secretaria de Estado da Saúde - SES	NT - Nota Técnica	2	60	76
Análise prestação de contas	Atendimento Resolução 07/2001 - TCE	Análise formal de Adiantamentos e Fundo Rotativo	NT - Nota Técnica	3	3	1362
Inspeção das contas anuais dos Gestores	Atendimento Resolução 05/2018- TCE	Emissão de relatório e certificação das Contas anuais dos órgãos, entidades e empresas públicas	Relatório de Auditoria e Certificado de Auditoria das Contas	1	9	107
Inspeção da contas de transferências voluntárias	Portaria 165/2019 - CGE	Análise da Prestação de Contas anual de Convênios e demais ajustes	Registro de Prestação de Contas de Convênios	1	3	218
Inspeção e análise dos relatórios	Portaria 165/2019 - CGE	Análise formal do relatório de Gestão Fiscal (RREO/RGF) - bimestral	Análise das contas públicas	1	20	11
Inspeção prévia ao pagamento	Portaria 165/2019 - CGE	Análise dos 193 processos de pagamento acima de R\$ 500.000,00 de DEA e Restos a Pagar	BI - Boletim de Inspeção	1	386	2
Inspeção das contas do Governador	Atendimento Resolução 07/2018 - TCE	Consolidação das Contas do Governador - anual	Emissão de relatório das contas do Governador	1	450	1
Inspeção	Portaria 165/2019 - CGE	Inspeções, parecer, nota técnica, reunião relativas às contas públicas	BI - Boletim de Inspeção; NT - Nota Técnica e outros	1	12	219
Coordenação	Otimizar as atividades da Gerência	Coordenação das atividades	Diversos	1	4	1
Inspeção de Tomada de Contas Especial	Atendimento Resolução 16/2016 - TCE	Análise de Tomadas de Contas Especial	Relatório e Certificado de Tomada de Contas Especial	2	24	114



SUPERINTENDÊNCIA DE INSPEÇÃO (continuação)						
2. GERÊNCIA DE INSPEÇÃO DE PESSOAL						
Ação	Objetivo	Escopo	Entrega	Serv. ¹	Tempo ²	Ações ³
Inspeção prévia nos gastos com pessoal	Implantar controle preventivo de gastos com pessoal	Inspeção contínua das folhas de pagamento geradas mensalmente nos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual	Boletins de inspeção; Painel de monitoramento; Relatório	6	182	45
3. GERÊNCIA DE INSPEÇÃO PREVENTIVA E FISCALIZAÇÃO						
Ação	Objetivo	Escopo	Entrega	Serv. ¹	Tempo ²	Ações ³
Inspeção de Acompanhamento da Gestão	Examinar a regularidade, bem como propor providências ou correção de falhas nos processos em curso na administração pública estadual, vide Inciso V, Art. 17 da Lei Nº 20.491, de 25 de junho de 2019	Análise de editais de licitação/chamamento/dispensa/inexigibilidade para contratação de serviços e aquisições diversas, verificando possíveis irregularidades nas documentações apresentadas pelo órgão	BI - Boletim de Inspeção	7	24	397
		Análises de contratações e aquisições vigentes, verificando a regularidade dos atos e as medições dos serviços efetivamente executados ⁴	BI - Boletim de Inspeção	5	115	59
		Análise de composição dos membros de conselhos de Conselhos de Empresas de Pequeno Porte (Decreto 9.402/2019); Análise de regulamentos de compras e contratação de pessoal de organizações sociais (Lei 15.503/2005); Análise das concessões de diárias, hospedagem e passagens (Decreto 9.376/2019).	NT – Nota Técnica	2	16	170

¹ Quantidade unitária de servidores necessária à execução dos trabalhos planejados, considerando-se o tempo médio de execução.

² Tempo médio de execução dos trabalhos, em horas úteis.

³ Quantitativo de ações programadas.

⁴ Está prevista a realização de atividade com o fito de verificar a efetividade da fiscalização dos contratos firmados no âmbito da Administração Pública Estadual



QUADRO 3 – Ações sugeridas pelos Stakeholders e incorporadas ao POAC

Órgão	Processo/ Documento	Valor	Objeto de inspeção/ação	Atividade
AGEHAB	11110775 SEI	-	Auditoria do Cheque Moradia e da regularização fundiária serão avaliadas na implantação do Eixo 4 da Gestão de Riscos.	Consultoria em Gestão de Riscos
AGR	201700029000750	R\$ 679.635,72	Contratação de prestação de serviços de vigilância armada	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
AGR	201700029003275	R\$ 1.172.865,12	Contratação de prestação de serviços limpeza, conservação e manutenção predial.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
AGR	201800029001534	R\$ 1.136.250,32	Contratação de prestação de serviços de tecnologia da informação, com a disponibilização de software de gerenciamento.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Casa Civil	201600013000931	-	Contratação de locação de serviços automotores com rastreador, manutenção, limpeza e seguro.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Casa Militar	201700015000076	R\$ 1.000.383,16	Contratação de prestação de serviços de gerenciamento eletrônico e controle de abastecimento de combustível.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Celg	-	Contratos com valores acima de R\$ 1.000.000,00	Principais contratos, recentes e/ou em vigor, com valores acima de um R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme Ofício-PR 005 (10987491 SEI).	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
CodeGO:	-	-	Processos de gestão de contabilidade, folha de pagamento e faturamento.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
DGAP	11303598 SEI	Não	Contratação de serviço de fornecimento de refeições prontas aos presos custodiados nos estabelecimentos prisionais estaduais.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Economia	201800004017666.	Não	Prestação de serviços terc. com a Fundação Pró-Cerrado.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Economia	201800004017928	Não	Prestação de serviços terc. com a Fundação Pró-Cerrado.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Economia	201800004017950	Não	Prestação de serviços terc. com a Fundação Pró-Cerrado.	Inspeção de Acompanhamento



				da Gestão
Economia	-	-	Prestação de serviços terc. de limpeza, asseio diário, conservação, higienização e portaria – Com. Dist.e Serv. Ltda..	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201900022092222	Não	Utilização de licenças free ("poc") em um servidor virtual.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201400022141364	Não	Construção Hospital do Servidor Público.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201700022054007	Não	Aquisição de software de gestão de agendamento de serviços de saúde (consultas e exames).	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201700022031582	Não	Aquisição de software de Business Intelligence (BI).	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201700022069028	Não	Aquisição de licença corporativa do SYSCORE.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201700022007947	Não	Contratação de serviços de telecomunicação (Links MPLS).	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
Ipasgo	201700022083435	Não	Contratação de serviços de impressão.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
SANEAGO	-	-	Regularidade da aplicação dos recursos oriundos de convênios celebrados com diversos entes federativos.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
CEASA	10945768 SEI	-	Demandas diversas - serão avaliadas na implantação do Eixo 4 da Gestão de Riscos.	Consultoria em Gestão de Riscos
SEAPA	201300008001487	Não	Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - Estruturação de Controle Interno.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
SEAPA	199800003002039	Não	Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - Estruturação de Controle Interno.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
SEAPA	199700005000535	Não	Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - Estruturação de Controle Interno.	Inspeção de Acompanhamento da Gestão
SIC	-	-	Demandas diversas - serão avaliadas na	Consultoria em



			implantação do Eixo 4 da Gestão de Riscos.	Gestão de Riscos
TCE	11012049 SEI	-	Colaboração mútua fiscalizações atinentes às ações, atividades ou projetos prioritários de gestão do TCE – para o POAC foi considerado a solicitação de monitoramento de determinações do TCE, sendo as demais solicitações, a exemplo de assuntos relacionados a transparência e inteligência, foram encaminhadas às áreas pertinentes.	Auditoria de Monitoramento

Legenda:

AGEHAB: Agência Goiana de Habitação

AGR: Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos

Casa Civil: Secretaria de Estado da Casa Civil

Casa Militar: Secretaria de Estado da Casa Militar

Celg: Enel Distribuição de Goiás

CodeGO: Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás

DGAP: Diretoria Geral de Administração Penitenciária – Secretaria de Estado da Segurança Pública

Economia: Secretaria de Estado da Economia

IPASGO: Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás

SANEAGO: Saneamento de Goiás S/A

SEAPA: Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SIC: Secretaria de Estado de Indústria Comércio e Serviços

TCE: Tribunal de Contas do Estado de Goiás